

Delações vazadas podem ser anuladas, diz Gilmar Mendes

O ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes disse nesta terça-feira (13/12) que a corte precisa discutir o vazamento dos acordos de delação premiada de investigados na operação "lava jato". De acordo com ele, não é possível descartar a possibilidade de anulação das delações, que têm sido divulgadas pela imprensa antes da homologação pelo Supremo.

Carlos Humberto/SCO/STF



Ministro Gilmar Mendes defende que Supremo deve se pronunciar sobre o vazamento de delações premiadas.

Carlos Humberto/SCO/STF

"O vazamento seletivo, o vazamento antes de chegar à autoridade, no caso, o ministro Teori, que é o relator. Em suma, são muitos problemas, que eu acho que precisam ser realmente discutidos. Acho que o STF tem que tomar posição sobre isso", disse.

Ministros do STF têm demonstrado incômodo com o vazamento dos depoimentos tomados pela Procuradoria-Geral da República de investigados na "lava jato", principalmente as oitivas mais recentes, que estão relacionadas com a empreiteira Odebrecht e ainda não foram enviadas ao Supremo para homologação.

Na semana passada, após a divulgação das primeiras delações, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, informou que vai apurar o vazamento para a imprensa de documento sigiloso que seria relativo à delação premiada de um dos executivos da Odebrecht.

Os acordos de delação premiada da operação "lava jato" estão baseados na Lei 12.850/2013. A norma prevê que os depoimentos devem permanecer sob sigilo até o recebimento da denúncia. A lei também diz que os depoimentos passam a ter validade somente após a homologação pelo juiz responsável pelo caso, que poderá recusar a validação dos depoimentos se a proposta não atender aos requisitos legais. Um deles é a manutenção do sigilo.

Pedido de celeridade

O vazamento das delações foi o que motivou o presidente da República Michel Temer a pedir à PGR,



nesta segunda-feira (12/12), celeridade na conclusão das investigações em curso. De acordo com o presidente, a divulgação de informações da operação “lava jato” está atrapalhando a “condução de políticas públicas da União”.

Em [ofício](#) enviado ao procurador-geral, Rodrigo Janot, Temer também pede que as delações premiadas dos executivos da Odebrecht, em fase final de tomada de depoimentos, sejam, o quanto antes, finalizadas. “Com isso, a eventual responsabilidade criminal dos investigados será logo aferida.”

De acordo com as informações divulgadas, Temer foi citado na [delação do executivo Claudio Melo Filho](#). O presidente aparece como destinatário de propina paga na forma de doações eleitorais. Segundo a delação de Claudio Filho, o presidente recebeu R\$ 10 milhões destinados ao caixa do PMDB. *Com informações da Agência Brasil.*

Date Created

13/12/2016